

Sessão de Abertura

Muito Bom dia,

Senhores Secretários de Estado

Senhor Presidente da FCT

Senhoras e Senhores

1 - INTRODUÇÃO

Gostaria de começar por agradecer o amável convite que a FCT me dirigiu para participar neste debate e felicitar os organizadores desta iniciativa de reconhecida importância.

É crucial identificar e analisar as forças e as fraquezas do sistema de investigação e inovação. É com base neste diagnóstico que poderemos preparar os instrumentos e as políticas que permitirão no futuro potenciar os aspectos positivos e ultrapassar as fragilidades existentes no presente.

Devo dizer-vos que este é o momento certo para o fazer, porque é altura em que estão a ser preparados os programas europeus de apoio para o período de 2014 a 2020, tanto os que são geridos a partir de Bruxelas, como é o caso do Horizonte 2020, de que sou relatora, como os que têm uma gestão partilhada com os estados

membros, como é o caso do novo Quadro Estratégico Europeu, onde está incluído praticamente todo o financiamento de investimento a que Portugal vai aceder, nomeadamente na área da Ciência e Inovação.

O objectivo da minha intervenção é contribuir para o debate acerca das forças e das fraquezas da União Europeia, e especificamente de Portugal, ao nível dos sistemas de Ciência e Inovação, bem assim como contribuir para a reflexão sobre a maneira como os futuros programas devem ser organizados de forma a tirar partido dos pontos fortes e colmatar os pontos fracos detectados no diagnóstico.

Vou tentar ser breve e concentrar-me sobretudo nas políticas europeias fazendo depois uma breve referência a Portugal.

Começarei por referir as **Forças e Fraquezas da UE a nível da Ciência e Inovação**. Depois mencionarei a **Resposta da UE**, incluindo o programa Horizonte 2020. Finalmente, farei uma breve referência às **Forças e Fraquezas de Portugal** e terminarei recomendando algumas medidas para fazer face à situação portuguesa.

2 – Forças e Fraquezas da UE a nível da Inovação

Ao longo dos últimos vinte anos a política europeia apresentou bons resultados a nível da inovação.

Mas a posição da UE está hoje sujeita a várias ameaças e, caso não adopte políticas adequadas, a UE pode vir a ser destronada e ultrapassada por outras regiões do globo.

Recordo que actualmente apenas 20% dos investigadores de todo o mundo trabalham na Europa e apenas 30% das patentes do mundo são registadas no nosso continente. Além disso, os pedidos de patentes na UE têm vindo a diminuir – nos últimos 6 anos os pedidos diminuíram 14,2%.

Os países emergentes têm vindo a progredir de forma assinalável. Por exemplo, na China o número de investigadores duplicou nos últimos 6 anos. As publicações científicas na China mais do que duplicaram em 6 anos, tendo agora ultrapassado as do Japão. O sector privado chinês tem registado um crescimento muito grande e o número de patentes e de publicações em parceria entre sector público e sector privado tem vindo a aumentar.

Outro exemplo importante é a Coreia do Sul. Este país está em vias de triplicar o seu peso em termos de inovação relativamente à União Europeia e tornou-se, desde 2008, um líder na inovação, alcançando o nível dos EUA.

Em termos de publicações científicas de alta qualidade, a União Europeia lidera na quantidade (33% das publicações científicas a nível mundial contra 31% dos EUA), mas o impacto destas publicações é menor do que as americanas. O impacto das publicações americanas ascende a 1,45%, enquanto o das europeias fica pelos 0,97%.

O investimento total em I&D na UE é bastante inferior ao do Japão, da Coreia do Sul e dos EUA. Se desagregarmos o investimento em público e privado verificamos que as diferenças entre os países são explicadas, no essencial, pelo menor dinamismo do investimento privado europeu em I&D.

Nos últimos 20 anos a UE diminui estas diferenças, mas as melhorias no investimento europeu em I&D foram ameaçadas, pela primeira vez, quando foi despoletada a crise económica.

Numa primeira fase, apesar da crise de 2008, a maioria dos estados europeus manteve (alguns até aumentaram) o seu investimento em I&D.

Todavia, actualmente a situação é preocupante. Quando comparamos os indicadores de 2011 e 2012, verificamos que, pela primeira vez, o investimento público da UE em I&D diminuiu. E o *gap* em termos de inovação entre os vários países europeus aumentou de forma assinalável.

Os níveis de investimento em I&D são preocupantes. E não podemos esquecer que aos cortes nos investimentos em I&D acrescem os cortes severos na educação registados praticamente em todos os estados europeus. Mas, na minha opinião, esta não é a pior consequência da crise.

O impacto mais negativo da crise consiste no efeito que ela teve no enquadramento da inovação. A burocracia excessiva, a regulamentação complexa, a aversão ao risco dificultam a iniciativa privada e tiram dinamismo ao trabalho das empresas, que se vêem obrigadas a canalizar os seus investimentos para actividades menos inovadoras e menos exigentes em termos de incorporação de conhecimento científico novo. Em paralelo, as entidades públicas, perante o agravamento das condições de

contexto, sentem uma dificuldade acrescida em executar financiamentos competitivos.

É claro que a Europa também existem aspectos muito positivos. A Europa possui centros de investigação e universidades de reconhecida excelência; é líder em alguns sectores industriais (automóvel e aeronáutica); possui uma cultura dinâmica e extremamente rica em tradições e valores, tais como defesa do ambiente, a qualidade de vida, o modelo social, para referir apenas alguns. Acresce que a Europa é hoje o maior mercado interno do mundo e é uma sociedade aberta ao exterior e comprometida no apoio ao desenvolvimento dos países mais pobres.

A próxima geração de políticas europeias deverá tirar partido destes pontos fortes e ultrapassar as fraquezas referidas anteriormente.

3 – Resposta das políticas de inovação da EU HORIZONTE 2020

A saída progressiva da crise financeira e a necessidade de enfrentar os grandes desafios mundiais tornaram a ciência, a educação e a inovação mais importantes do que nunca nas

políticas europeias. Assim, para o período de 2014-2020 será necessário reforçar a base do conhecimento da Europa, reduzir a fragmentação através da promoção da excelência na ciência e na educação, criar as condições para transformar as boas ideias em produtos transaccionáveis, aumentar o acesso das empresas inovadoras ao financiamento, criando um ambiente propício à inovação e eliminando as desigualdades sociais e geográficas através da disseminação dos benefícios da inovação em todo o espaço europeu.

Estes são os princípios orientadores para todos os programas europeus do período 2014-2020 propostos pela Comissão e aprovados pelo Conselho e pelo Parlamento Europeu.

Um dos programas essenciais na política de inovação europeia é o Horizonte 2020.

Este programa foi delineado para reforçar a liderança europeia em investigação, ciência e inovação e, em simultâneo, ultrapassar as fragilidades que acabei de enunciar.

Dos diferentes aspectos do programa Horizonte 2020 destaco, em particular, o aumento do orçamento, o esforço de simplificação nas regras de acesso, a abordagem abrangente que

abarca todo o ciclo de inovação, o alargamento das possibilidades de participação para unidades de investigação mais pequenas, normalmente sediadas em países periféricos, e o esforço em potenciar as sinergias entre as várias fontes de financiamento.

4 – Forças e fraquezas de Portugal ao nível da inovação

Para terminar deixem-me referir a situação portuguesa sem entrar em detalhes uma vez que a mesma será esmiuçada nas sessões que se seguem.

Portugal registou um progresso notável em excelência científica, no número de publicações, no número de investigadores e de doutorados em percentagem da população jovem. Neste último indicador o país chegou a ultrapassar a média europeia, o que constitui um feito notável para um país que partiu de uma situação muito insatisfatória.

Todavia - e este é o lado menos bom - Portugal é o único país europeu em que este avanço significativo teve menos impacto na economia, na produção de riqueza, no PIB, com consequências nefastas que se reflectiram, nomeadamente, no

desemprego jovem e na saída de jovens cientistas para outros países.

Esta questão é tanto mais relevante por ela abordar directamente a questão da legitimidade das políticas de investimento em investigação e inovação. De facto estas políticas não podem visar apenas a melhoria de alguns indicadores que nos comparam com outros países, devem também visar a melhoria da competitividade da economia, da produção de riqueza e assim contribuir para o bem-estar dos cidadãos.

5 – Resposta das políticas de inovação - Portugal

Como devemos fazer face a esta dificuldade?

Recordo que para o período 2014-2020 existem condições para que o país possa registar uma melhoria significativa neste domínio. O Quadro Estratégico Europeu contempla 27 mil milhões de Euros de financiamento a ser gerido em Portugal.

É importante que o financiamento europeu seja aproveitado para consolidar um sistema de educação de qualidade e um sistema científico de excelência. Em paralelo devem ser adoptadas medidas que catalisem o financiamento privado e a contratação

de investigadores por parte das empresas. As empresas ficarão assim em melhores condições para investir no reforço da sua competitividade e alcançar a internacionalização.

O papel das universidades em todo este processo é absolutamente crucial. A realidade europeia demonstra que as regiões mais ricas são as que se desenvolvem em redor de universidades de excelência.

Mas nada disto resulta se as condições de contexto não forem adequadas. É fundamental assegurar condições propícias ao funcionamento e à competitividade das empresas – um sistema de crédito eficaz, um mercado com leis de concorrência justas e transparentes, uma administração pública eficiente e flexível, uma justiça eficaz e célere, leis de propriedade industrial simples, regras de licenciamento claras e licenciamento expedito, leis de imigração que permitam atrair cérebros e mão-de-obra especializada. Sem estas condições, por muito dinheiro que nos disponibilizem, a situação só registará alterações marginais.

A recomendação será pois que as reformas estruturais em curso tomem em consideração os aspectos assinalados e que as

políticas a desenvolver respeitem o triângulo do conhecimento, visando sinergias entre a educação, inovação e as empresas.

6 – Conclusão

A capacidade de Portugal – e com isto termino - para enfrentar os desafios da globalização, competitividade, crescimento económico e criação de emprego, da preservação e valorização dos recursos naturais, da segurança do abastecimento de energia depende da boa execução do programa de ajustamento em curso, mas também da forma como Portugal conseguir tirar partido das suas potencialidades naturais em termos de recursos endógenos, das excelentes infraestruturas de que dispõe e da excelência do potencial científico, potenciados pela aplicação apropriada do próximo quadro comunitário.

Obrigado pela vossa atenção.